



BRASILEG

Uma empresa BB Seguros

Brasileg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileg Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Brasileg Companhia de Seguros atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais.

Prêmios emitidos

Em 2024, a Companhia alcançou prêmios emitidos de R\$ 16.583,0 milhões, crescimento de 3,8% em relação ao exercício anterior.

Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento dos segmentos de agronegócios e pessoas, de acordo com classificação de grupo e ramo SUSEP, que tiveram aumento de 4,1% e 3,4%, respectivamente, em comparação ao exercício de 2023.

A Companhia manteve a liderança no segmento de agronegócios, com 63,5% do mercado, e a 1ª posição do ranking no segmento de pessoas, com 13,2% de participação. Fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2024, considerando prêmios sem acumulação e os ramos de atuação.

Índice combinado

O índice combinado do exercício de 2024 foi de 63,6%, com aumento de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior decorrente, dos (i) aumentos de 3,6 p.p. tanto na sinistralidade quanto no índice de comercialização do ramo de pessoas, compensado parcialmente pela (ii) redução de 4,2 p.p. na sinistralidade do ramo rural.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 833,5 milhões, com redução de 8,5% em relação ao ano anterior, impactada em grande parte pela diferença da taxa SELIC, que no acumulado no ano de 2024 ficou em 10,87%, contra 13,05% no mesmo período do ano anterior. A redução da receita sobre aplicações financeiras decorre da maior concentração em ativos financeiros pós fixados na carteira de investimentos. Já as despesas financeiras são relativas à atualização monetária e juros referentes às provisões de sinistros a liquidar.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 4.368,4 milhões, aumento de 8,3% em relação ao ano anterior representado, principalmente, pelo melhor desempenho da carteira de Penhor Rural e Prestamista Rural que alcançaram aumento nos prêmios ganhos de 14,4% e 24,5% respectivamente e menor sinistralidade 5,9 p.p. e 1,8 p.p. respectivamente. O lucro líquido por ação foi de R\$ 6.251,6 no exercício de 2024, ante R\$ 5.772,6 do ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Companhia realizou investimentos no exercício de 2024 no montante de R\$ 89,5 milhões, destinados, principalmente, ao desenvolvimento de softwares empresariais necessários ao negócio.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:
• cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

• distribuição ao Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, observados os limites estabelecidos na Política Corporativa de Distribuição de Lucros, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.

Em 2024 a Companhia distribuiu R\$ 4.431,0 milhões de lucros na forma de dividendos, deliberados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 31 de janeiro, 22 de fevereiro, 27 de março, 24 de abril, 27 de junho, 31 de julho, 28 de agosto, 25 de setembro, 25 de outubro, 28 de novembro e 19 de dezembro de 2024.

Conforme previsto no Estatuto da Brasileg Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Mantendo o foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a Administração da Brasileg Companhia de Seguros agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; a rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	28b	16.582.970	15.969.531
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(1.111.246)	(1.235.868)
(=) Prêmios ganhos	28a	15.471.724	14.733.663
(-) Sinistros ocorridos	28c	(3.582.953)	(3.639.679)
(-) Custos de aquisição	28d	(4.306.828)	(3.833.644)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	28e	(138.844)	(148.038)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	28f	(1.352.977)	(1.507.229)
(+) Receita com resseguro	28g	647.540	914.865
(-) Despesa com resseguro		(2.000.517)	(2.422.094)
(-) Despesas administrativas	28g	(738.397)	(685.794)
(-) Despesas com tributos	28h	(524.181)	(476.651)
(-) Resultado financeiro	28i	833.466	911.027
(+) Resultado patrimonial	28j	(17.924)	(9.177)
(=) Resultado operacional	e)	5.643.086	5.344.478
(+) Ganhos com ativos não correntes		(1.495)	15
(=) Resultado antes dos impostos e participações	e)	5.641.591	5.344.493
(-) Imposto de renda	29a	(387.250)	(486.587)
(-) Contribuição social	29a	(946.838)	(792.971)
(-) Participações sobre o resultado	29b	(1.352.977)	(1.507.229)
(=) Lucro líquido do exercício	f)	4.368.416	4.033.669
(/) Quantidade de ações	27a	698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		6.251,64	5.772,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.368.416	4.033.669
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários	(51.215)	77.238
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(87.229)	122.193
Provisão de perda de crédito esperada - ECL	1.871	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e provisão de perda de crédito esperada - ECL	34.143	(44.955)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Outros resultados abrangentes	939	-
Variação dos outros resultados abrangentes - Provisão complementar de cobertura - PCC	1.565	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os outros resultados abrangentes - Provisão complementar de cobertura - PCC	(626)	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	4.318.140	4.110.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	4.368.416	4.033.669
Ajustes para:	3.225.003	3.008.406
Depreciação e amortizações	67.757	70.653
Depreciação de direito de uso	24.005	25.641
Perda por redução ao valor recuperável	20.783	13.902
Depósitos judiciais e fiscais	(28.014)	(33.097)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1.337.938)	(1.279.121)
Variações dos ativos de resseguro e retrocessão	(354.252)	(820.530)
Variações das provisões técnicas - seguros	4.753.706	4.909.709
Ativo e passivo fiscal diferido	(47.122)	6.527
Provisões judiciais	58.888	68.787
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	1.495	(15)
Juros sobre arrendamento	28.083	31.606
Outros ajustes	37.612	14.404
Variação nas contas patrimoniais:	(1.654.055)	(2.344.168)
Aplicações	(81.180)	(1.112.296)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(290.371)	(233.741)
Ativos de resseguro e retrocessão	911.552	932.662
Créditos tributários e previdenciários	9.587	(46.839)
Despesas antecipadas	(19.119)	6.603
Outros ativos	212.710	(39.770)
Depósitos judiciais e fiscais	6.268	11.595
Impostos e contribuições	1.279.722	1.341.609
Outras contas a pagar	(35.652)	44.337
Débitos de operações com seguros e resseguros	173.889	235.334
Depósitos de terceiros	(3.352)	1.286
Provisões técnicas - seguros	(3.787.001)	(3.473.805)
Provisões judiciais	(33.238)	(13.895)
Outros passivos	2.130	2.752
Caixa gerado pelas operações	5.939.364	4.697.907
Juros pagos sobre arrendamento	(11.023)	(19.917)
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(520.939)	(477.442)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(826.834)	(619.519)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.580.568	3.581.029
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(103.041)	(175.244)
Investimentos	(13.500)	(7.704)
Imobilizado	(1.021)	(4.920)
Intangível	(88.520)	(162.620)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(103.041)	(175.244)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivos de arrendamento	(37.977)	(30.349)
Pagamento de dividendos	(4.431.000)	(3.379.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(4.468.977)	(3.409.349)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.550	(3.564)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.656	5.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.206	1.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		14.272.116	15.300.145	Circulante		11.955.379	12.054.465
Disponível	5	665	577	Contas a pagar		866.364	1.023.850
Caixa e bancos		665	577	Obrigações a pagar	16	174.811	210.463
Equivalentes de caixa	5	9.541	1.079	Impostos e encargos sociais a recolher		32.576	30.058
Aplicações	6	7.585.057	8.473.935	Encargos trabalhistas		21.495	21.883
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.531.396	2.568.479	2.568.479	Impostos e contribuições	17	637.482	761.446
Prêmios a receber	8	2.428.661	2.358.740	Débitos de operações com seguros e resseguros	1.585.257	1.801.634	1.801.634
Operações com seguradoras		4.513	51.976	Prêmios a restituir		5.304	25.896
Operações com resseguradoras	9a	98.222	157.763	Operações com seguradoras		8.186	15.192
Outros créditos operacionais	10	71.961	244.708	Operações com resseguradoras	9b	475.286	643.589
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	1.060.871	1.651.872	Corretores de seguros e resseguros	18	969.892	898.327
Títulos e créditos a receber		129.814	148.758	Outros débitos operacionais	19	38.109	35.022
Títulos e créditos a receber	11a	9.415	47.580	Depósitos de terceiros	20	7.544	10.896
Créditos tributários e previdenciários	29b	96.685	75.734	Provisões técnicas - seguros	21	9.473.069	9.196.678
Outros créditos	11b	23.714	25.444	Danos		5.577.073	5.683.077
Outros valores e bens	872	940	940	Pessoas		3.221.387	2.871.672
Bens a venda		99	411	Vida individual		674.609	641.929
Outros valores		773	529	Outros débitos	23	23.145	21.407
Despesas antecipadas	29	29.538	10.419	Débitos diversos	26	23.145	21.407
Custos de aquisição diferidos	21	2.852.601	2.199.378	Passivo não circulante	9.981.037	8.872.830	8.872.830
Seguros		2.852.601	2.199.378	Débitos de operações com seguros e resseguros	18	1.328.439	1.034.632
Ativo não circulante	10.221.252	8.371.717	10.221.252	Corretores de seguros e resseguros	18	1.290.330	999.610
Realizável a longo prazo	6	2.286.623	1.885.692	Outros débitos operacionais	19	38.109	35.022
Aplicações		2.286.623	1.885.692	Provisões técnicas - seguros	21	7.603.538	6.782.556
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.368.416	2.156.910	2.368.416	Danos		552.867	430.684
Prêmios a receber	8	2.368.416	2.156.910	Pessoas		6.965.621	6.279.784
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	222.006	188.105	Vida individual		85.050	72.124
Títulos e créditos a receber	1.143.890	1.070.669	1.143.890	Outros débitos	25	773.416	747.766
Créditos tributários e previdenciários	29b	311.353	259.878	Provisões judiciais	25	773.416	747.766
Depósitos judiciais e fiscais	25	832.537	810.791	Débitos diversos	26	275.644	307.876
Outros valores e bens	12	207.251	240.833	Patrimônio líquido	27	2.556.952	2.744.567
Custos de aquisição diferidos	21	3.495.803	2.811.088	Capital social		655.745	655.745
Seguros		3.495.803	2.811.088	Reservas de lucros		1.972.405	2.109.744
Investimento	13	13.052	21.302	Ajustes de avaliação patrimonial		(71.198)	(20.922)
Participações societárias		13.052	21.302	Total do passivo e patrimônio líquido	24.493.368	23.671.862	
Imobilizado	14	37.410	45.069				
Bens móveis		18.023	22.852				
Outras imobilizações		19.387	22.217				
Intangível	15	466.801	452.654				
Outros intangíveis		466.801	452.654				
Total do ativo	24.493.368	23.671.862	24.493.368				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros e valores mobiliários	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	655.745	131.149	1.323.926	(98.160)	-	2.012.660
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	77.238	-	77.238

Demonstrações Financeiras 2024

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG

Uma empresa BB Seguros

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

A metodologia usa as curvas de *default* cotadas e elaboradas por empresa global de dados financeiros de mercado, fornecendo uma ampla gama de informações financeiras, como as taxas de probabilidade de *default forward* com base na *rating* e geografia. A Redução ao Valor Recuperável (RVR) de Resseguro será constituída sobre os ativos cuja contraparte são resseguradores e que estão sujeitos ao risco de contraparte, tendo como base três tipos de ativos: Prêmios de Resseguro Diferidos, Ativos de Resseguro das Provisões de Sinistros e Crédito a Recuperar. **e) Ativos de direito de uso - Outros valores e bens:** Os ativos de direito de uso, registrados na rubrica de outros valores e bens no ativo não circulante, tratam-se, substancialmente, de aluguéis de imóveis, locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia, com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente, sendo adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. **f) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 13 meses. **g) Investimentos:** O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme apresentado na nota nº 13. **h) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorrido. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas anuais divulgadas na nota explicativa nº 14. **i) Ativos intangíveis:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento interno de softwares empresariais, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, apresentados na nota explicativa nº 15. As despesas relacionadas à manutenção de soluções de tecnologia são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **j) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os mesmos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. **k) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Em relação a parcelas dos riscos vigentes não emitidos (RVNE), as receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são reconhecidas ao resultado no início da cobertura em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **l) Coesseguro e Resseguro:** Os prêmios relativos às operações de Coesseguro são registradas no momento da emissão das apólices, diferidos e apropriados no resultado da Companhia de acordo com suas respectivas vigências e os percentuais definidos de acordo com as disposições contratuais de cada negócio. Os valores registrados na emissão da apólice e no sinistro do coesseguro aceito, refere-se a nossa participação no contrato de coesseguro. Após a emissão do prêmio e estimativa de sinistro do coesseguro cedido, é calculado a cessão e recuperação respectivamente, registrado a parte do prêmio que será repassada, e do sinistro que deve ser recuperada junto a congênera. Os valores a receber, relacionados a operação de coesseguro, incluem saldos das congêneras com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do Ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d. **Os valores a pagar aos Resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. A Companhia possui contratos de coesseguro com congêneras para atuação em seguros de pessoas e danos, na modalidade aceito (aceitação de parte do risco), e na modalidade cedido (repasso de parte do risco). m) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural:** O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR pode alcançar os agricultores que atenderem os requisitos estabelecidos em cada plano. Atualmente existem programas desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal, cuja gestão é realizada por cada órgão competente - respectivamente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as Secretarias de Agricultura dos estados e municípios. O objetivo comum dos programas é a concessão de auxílio financeiro que reduz parcialmente os custos de contratação de seguro para produção. A Companhia comercializa seguros rurais que atendem aos requisitos de cada programa, visando oferecer aos seus clientes uma cobertura securitária para os riscos inerentes da atividade rural e que decorrem principalmente de fatores climáticos. **n) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em conformância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de coesseguro aceito, líquido das operações de coesseguro cedido e bruto das operações de resseguro, correspondente ao fim de vigência do risco a decorrer e calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes não Emitidos (RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes do superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta de resseguros e líquidos de recuperação de coesseguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofreram ao longo do período de análise até a respectiva liquidação. A IBNeR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A partir dos triângulos são projetados o total de sinistros incorridos e deduzidos os sinistros pagos, chegando no valor do *Incurred But Not Paid (IBNP)*. O IBNeR é a diferença entre o IBNP, a PSL e o IBNR. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNeR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e o aviso do sinistro. Os fluxos de caixa futuro dos sinistros incorridos consideram o desconto pela taxa livre de risco (ETTJ pré). **o) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia realiza semestralmente o teste de adequação de passivos para todos os contratos classificados como seguros, segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, vigentes na data do teste. Esse processo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas administrativas, despesas relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente ligadas aos contratos de seguro. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utiliza a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. As ETTJs utilizadas em cada carteira levaram em consideração os indexadores associados, como IPCA, IGP-M ou taxa pré-fixada. O resultado do teste é determinado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, ajustado pelos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às provisões técnicas. As principais premissas incluem: **Sinistralidade:** Utilização da experiência histórica da Companhia limitada a 5 anos, ou, para produtos específicos, a aplicação da tábua de mortalidade BR-EMS. Isso resulta em uma sinistralidade de 38,20% para a Companhia. Para carteiras não projetadas por tábua de mortalidade, utiliza-se a projeção de sinistros finais por ano de ocorrência a partir dos triângulos de *run-off*. Cancellation: A taxa é definida com base no perfil dos produtos e aplicada apenas aos fluxos não registrados. Os fluxos não registrados se referem a compromissos potenciais que ainda não foram integralmente formalizados ou reconhecidos contabilmente como receitas ou obrigações. Para apuração da taxa de cancelamento utilizamos um histórico até 5 anos, o produto Ouro Vida Antigo (OVA) é uma exceção, onde não se prevê cancelamento de propostas ativas (255 propostas) devido a decisão judicial. Despesas Administrativas: Calculadas com base na experiência de 12 meses da Companhia, exceto para produtos específicos que definimos com base em suas características, como Ouro Vida Revisado (OVR) e OVA (10%), carteira de seguro de vida onerosa incorporada BESS, e produtos individuais Produtos Portfólio de Vida (NPV) baseados em 4 anos de experiência. Despesas de Comercialização: Aplicação de percentual sobre prêmios não registrados, calculado pela relação entre despesas de comercialização e prêmio ganho nos últimos 12 meses. Para produtos específicos, são aplicados percentuais fixos como 40% para OVR e NPV, 27% para OVA e BESS variando entre 10% e 20%, baseados em seus perfis. Despesas com Sinistros: *Allocated Loss Adjustment Expenses (ALAE)* calculadas pela relação IBNP Despesas e IBNP Indenizações, ambos projetados através de triângulos de *run-off*. *Unallocated Loss Adjustment Expenses (ULAE)* projetadas com base no histórico de 12 meses entre os valores observados das despesas não alocadas diretamente aos sinistros frente aos valores das indenizações pagas. Ativos de Resseguro: as projeções dos fluxos realistas são calculadas utilizando o percentual médio dos últimos 12 meses até a data-base de cálculo do TAP, sendo que para o fluxo de prêmios com base nos prêmios emitidos de resseguro em relação aos prêmios emitidos brutos de resseguro e para os fluxos de sinistros baseada na PSL de resseguro em relação à PSL bruta de resseguro. Em relação ao valor presente esperado do fluxo de caixa dos sinistros ocorridos, incluindo as despesas operacionais e salvados, foi comparado às provisões técnicas PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. A partir de 2024, com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, foi excluída a obrigação de compensação de resultados superavitários com deficitários para efeito do Teste de Adequação de Passivos e consequente constituição de Provisão Complementar de Cobertura - PCC, além de tornar facultativa a decisão de compensar ou não *deficit* com *superávit*. Para efeito de constituição da PCC, os contratos foram agrupados por similaridade de riscos e administrados como uma única carteira, de tal forma que a Companhia adotou que o resultado dos diferentes grupos de contratos não serão comparados entre si. Sendo eles Agrícola, Habitacional, Prestamista, Vida Anual, Vida Plurianual e Vida sem Reenquadramento Atuarial (OVR, OVA e BESS). Tal mudança provocou a constituição de PCC no montante de R\$ 130.668 (R\$ 74.755 líquido dos efeitos tributários) que teve seu lançamento inicial reconhecido contra Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido de acordo com o artigo 4º da referida Circular. Também atendendo ao item 4 do Ofício Eletrônico nº 15/2024/CORIS/CGMOP/DIRA/SUSEP que determina que, no caso de insuficiência de TAP cuja origem seja pelo agrupamento, a Companhia deverá efetuar o reconhecimento/procedimento em junho de 2024, a Companhia efetuou o reconhecimento inicial da PCC em junho de 2024. Por fim, as mensurações subsequentes da PCC consideram se a natureza da insuficiência se dá em decorrência de alteração no risco ou na taxa de juros. Sendo em decorrência de alteração no risco, o reconhecimento é realizado no resultado do período, já no caso de alteração na taxa de juros o reconhecimento é realizado em outros resultados abrangentes (ORA), conforme definido na política contábil, aprovada pela Diretoria. O reconhecimento inicial da PCC se deu em junho de 2024 para atendimento ao item 4 do Ofício Eletrônico nº 15/2024/CORIS/CGMOP/DIRA/SUSEP e teve como contrapartida a rubrica de Lucros Acumulados, em consonância com o artigo 4º da Circular SUSEP nº 678/2022. Também, como permitido pela referida Circular, os efeitos decorrentes de mudanças na estrutura a termo da taxa de juros incidentes sobre o TAP passaram a ser contabilizados em outros resultados abrangentes (ORA), sem transitar pelo resultado, visando mitigar a volatilidade nos resultados, proporcionando uma visão mais transparente dos efeitos técnicos/atuariais dos efeitos financeiros. Tal decisão foi aprovada pela Diretoria. **p) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais

favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **q) Passivos de arrendamento:** O passivo de arrendamento, compreendido nas rubricas de débitos diversos no passivo circulante e não circulante, são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, reconhecidos na rubrica outros valores e bens, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos do acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **r) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. e que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **5) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com incentivos às vendas e as variações de redução ao valor recuperável de prêmios a receber. **1) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de instrumentos classificados em VJORA, variações no valor justo de ativos financeiros classificados em VJR e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, atualização monetária das provisões judiciais, variações no valor justo de ativos financeiros classificados em VJR, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **u) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **v) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a provisão para participação nos lucros com base nos critérios homologados em acordo coletivo sindical e em consonância à política de remuneração.

Região geográfica	Bruto de resseguro (1)										Líquido de resseguro (2*)									
	2024		2023		2024		2023		2024		2023		2024		2023					
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%		
Centro Oeste	1.435.977	9%	2.907.359	18%	49.734	0%	4.393.070	27%	1.435.425	10%	2.258.509	15%	49.198	0%	3.743.132	25%	3.743.132	25%		
Nordeste	1.309.692	8%	709.261	4%	68.420	0%	2.087.373	12%	1.308.382	9%	564.978	4%	67.274	0%	1.940.634	13%	1.940.634	13%		
Norte	449.535	3%	623.241	4%	16.649	0%	1.089.425	7%	448.723	3%	526.414	4%	15.847	0%	990.984	7%	990.984	7%		
Sudeste	2.857.546	17%	2.424.703	15%	139.556	1%	5.451.805	33%	2.886.222	20%	2.123.326	14%	138.154	1%	5.147.702	35%	5.147.702	35%		
Sul	1.182.008	7%	2.304.285	14%	68.993	0%	3.555.296	21%	1.181.244	8%	1.848.045	12%	68.505	0%	3.097.694	20%	3.097.694	20%		
Total	7.264.758	44%	8.968.849	55%	343.352	1%	16.576.959	100%	7.259.896	50%	7.321.272	49%	338.978	1%	14.920.146	100%	14.920.146	100%		

Região geográfica	Bruto de resseguro (1)										Líquido de resseguro (2*)									
	2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022					
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%		
Centro Oeste	1.341.364	9%	2.868.493	18%	47.857	0%	4.257.714	27%	1.340.194	11%	1.985.288	15%	47.719	0%	3.373.201	26%	3.373.201	26%		
Nordeste	1.199.580	6%	575.381	4%	64.567	0%	1.839.528	12%	1.197.737	9%	297.456	2%	64.257	0%	1.559.450	11%	1.559.450	11%		
Norte	438.097	3%	432.355	3%	16.547	0%	886.999	6%	436.794	3%	272.964	2%	16.306	0%	726.064	5%	726.064	5%		
Sudeste	2.866.896	18%	2.267.793	14%	131.689	1%	5.266.378	33%	2.867.700	21%	1.914.170	14%	131.239	1%	4.913.109	36%	4.913.109	36%		
Sul	1.191.790	7%	2.432.874	15%	63.005	0%	3.687.669	22%	1.191.100	9%	1.806.996	13%	62.902	0%	3.060.998	22%	3.060.998	22%		
Total	7.037.727	45%	8.576.896	54%	323.665	1%	15.938.288	100%	7.033.525	53%	6.276.874	46%	322.423	1%	13.632.822	100%	13.632.822	100%		

(*) As operações estão líquidas de RVNE, no montante de R\$ 6.011 (R\$ 31.243 em 31 de dezembro de 2023).
(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro, no montante de R\$ 10.717 (R\$ 13.625 em 31 de dezembro de 2023).

c) Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade tem por objetivo quantificar os impactos em resultado e no patrimônio líquido da Companhia caso ocorresse alterações razoavelmente possíveis em variáveis de risco relevantes à data do balanço patrimonial, variáveis estas que afetam o montante de provisões técnicas mantido. Ressalte-se que as provisões técnicas representam parcela significativa do passivo da Companhia, correspondendo aos diversos compromissos assumidos com terceiros decorrentes do cumprimento de seus contratos de seguro emitidos. Sabe-se que a maior parte dos passivos de seguro assumidos pela Companhia são de curto-prazo, e não há contratos emitidos com garantia de rentabilidade real. Essas características são importantes dado que tendem a afetar a sensibilidade ao risco de subscrição de forma relevante. Os testes de sensibilidade foram performados para a sinistralidade, principal variável de risco das carteiras da Companhia. No que se refere à sinistralidade, o teste de sensibilidade indica como o resultado e patrimônio líquido seriam afetados em caso de aumento/redução dessa variável e consequente impacto no montante de sinistros seridos e provisões técnicas de sinistros. Já no que tange a taxa de juros, o teste de sensibilidade indica como o patrimônio líquido seria afetado em caso de aumento/redução das taxas de juros utilizadas no cálculo da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para os produtos sem reenquadramento ético de prêmios em função do envelhecimento dos seguros.

Sinistralidade	Choque (%)	2024	
		Resultado/patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Aumento	6%	(178.054)	178.054
Redução	6%	178.054	(178.054)
Taxa de Juros - PCC	Choque	2024	
		Resultado/patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Aumento	100 bp	4.675	(4.675)
Redução	100 bp	(4.675)	4.675

Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis, decorrente de piora de risco do tomador ou contraparte, refletida em sua classificação de risco. **a) Gerenciamento do risco de crédito:** A Administração possui políticas e controles para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidas para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, além de levar em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações, bem como análise dos fatores dinâmicos de mercado que possam alterar as conclusões das análises efetuadas. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou de amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **b) Exposição ao risco de crédito e resseguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Para os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Companhia entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. A Companhia adota uma política de gerenciamento das exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito, refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating (1)	2024			2023		
	Local	Admitida	Eventual	Local	Admitida	Eventual
AA+	406.558	—	406.558	421.550	25.273	446.823
AA	27.695	—	27.695	—	—	1.988
AA-	865	450.642	22.220	473.727	571.346	294.772
A+	21.914	483.310	217.360	722.584	3.120	919.059
A	—	—	24.096	—	—	22.151
A-	2.153	—	2.153	—	—	32.497
Total	459.185	933.952	263.676	1.656.813	996.016	1.239.104

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro, no montante de R\$ 10.717 (R\$ 13.625 em 31 de dezembro de 2023).

O gerenciamento de risco de crédito de resseguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os Resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores ou até mesmo em um mesmo grupo econômico. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **c) Gerenciamento do risco de crédito nos investimentos:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros) e do estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" ou equivalente para alocação. No caso de abaixamento do *rating* abaixo do mínimo estabelecido, a Administração avalia a manutenção da posição de acordo com os critérios e parâmetros definidos em sua Política Corporativa bem como no alinhamento ao Apetite de Risco. Além disso, eventuais exceções a esses parâmetros devem ser avaliadas pelo Comitê Financeiro. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Ativos financeiros - rating	2024					2023										
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	sem rating	Total	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	8.651.321	—	—	—	—	—	—	8.651.321	—	—	—	—	—	—	—	8.651.321
Débituradas	134.848	30.587	8.271	—	—	—	—	173.706	—	—	—	—	—	—	—	173.706

Demonstrações Financeiras 2024

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Os indicadores de solvência e liquidez apresentados atendem os requerimentos da política de Apetite por Riscos determinada pela Administração da Companhia. **Gerenciamento de capital:** A solvência da Companhia é apurada considerando o menor valor entre a suficiência de capital e a suficiência de liquidez. A suficiência de capital é caracterizada como o excesso do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao Capital Mínimo Requerido (CMR) adicionado do capital prudencial. A suficiência de liquidez é caracterizada como o excesso de ativos garantidores frente a exigência de provisões técnicas a cobrir adicionado do *buffer* de liquidez. Considera-se como capital prudencial o valor adicional ao capital mínimo requerido apurado a partir de cenários de sensibilidade aplicados nas contas patrimoniais e de resultado das projeções orçamentárias. Adicionalmente, considera-se como capital prudencial meta o valor adicional de riscos potenciais não considerados no orçamento frente a novos eventos regulatórios ou alterações no perfil de negócios. Considera-se como *buffer* de liquidez o valor adicional à liquidez apurada a partir de cenários de sensibilidade aplicados nas principais variáveis de fluxo de caixa, resultado e patrimonial das projeções orçamentárias. Os valores adicionais (capital prudencial, capital prudencial meta e *buffer* de liquidez) fazem parte da gestão de capital e liquidez que é base para a distribuição de dividendos. Os valores são considerados em resultados já apurados como para projeções desses mesmos indicadores num horizonte temporal de até 18 meses. Os indicadores são acompanhados mensalmente pela Comissão de Riscos e Sustentabilidade, Comitê de Riscos, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A atualização dos percentuais de capital prudencial, capital prudencial meta e *buffer* de liquidez é realizada anualmente e aprovada pelos Órgãos de Governança incluindo o Conselho de Administração. Em caso de mudanças no plano de negócios ou perfil da carteira os valores são reavaliados. No sentido de preservar sua solvência a Brasilseg adota na avaliação de seus projetos de investimento a análise da Taxa Mínima de Atratividade (TMA) como fator de decisão quanto à viabilidade econômica dos mesmos. A TMA leva em consideração, no mínimo: i) custo de oportunidade; ii) prêmio de risco do investimento avaliado; e, iii) custo de capital da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos. **Gerenciamento do risco de mercado:** A Companhia adota boas práticas e metodologias de monitoramento do mercado, bem como prioriza a seleção de parceiro(s) especializado(s) para a gestão de recursos de forma a garantir o melhor resultado financeiro possível, considerando o segmento de seguros e a situação do ambiente macroeconômico. A Companhia monitora as suas exposições a prazos, moedas, taxas e indexadores, bem como o equilíbrio entre os seus ativos e passivos, através do *Asset Liability Management (ALM)*, de acordo com os limites estabelecidos em sua Política de Investimento, observado o seu Mandato de Gestão. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez, Rentabilidade e Fundo de Investimento Renda Fixa - RF ativo, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil, considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	VaR	Patrimônio
Liquidez	232	4.369.729
Rentabilidade	300	1.294.654
RF ativo	88	520.846

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*), que corresponde às carteiras administradas³. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,23 anos (1,20 em 31 de dezembro de 2023), frente a um patrimônio (valor de curva) de R\$ 3.654.915 (R\$ 1.742.362 em 31 de dezembro de 2023) e está de acordo com as diretrizes de ALM do Grupo Brasilseg, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** A Companhia utiliza a análise de sensibilidade como mecanismo de gerenciamento de riscos da taxa de juros. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Companhia. A composição das aplicações financeiras da Companhia é predominantemente voltada para títulos pós-fixados, os quais proporcionam menor volatilidade e marcação a mercado na carteira de investimentos. Para os ativos com maior volatilidade, conforme as oscilações nos mercados financeiros, as ações de gestão podem envolver a venda de ativos (acionamento de limites de estresse ou implementação de *hedge* para proteção), bem como ajustes na alocação da carteira, entre outras estratégias de mitigação de risco. Além disso, a estratégia da Companhia de manter uma duração mais curta das aplicações é outro fator mitigatório de risco. Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *L*, projeção de taxa de juros e *H*, cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPCA), em função da duração, dos mesmos, nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A análise de sensibilidade foi realizada com base no volume financeiro de R\$ 9.850.252 (R\$ 9.857.633 em 31 de dezembro de 2023). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil. O aumento corresponde a evolução em 2024 do volume de ativos prefixados.

	2024	2023
Fator de risco		
Taxa de juros e cupons		
a) Elevação de taxas	(43.308)	(22.067)
b) Redução de taxas	43.308	22.067

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos incluindo-se as provisões e perdas com ações judiciais ou penalidades aplicadas por órgãos de controle e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** É utilizada metodologia para a identificação e avaliação de criticidade de cada risco, bem como a sua adequação à Declaração de Apetite por Riscos definida pela Alta Administração. A Companhia adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos da gestão de riscos operacionais e a avaliação dos riscos de todas as atividades. Cada colaborador é responsável por riscos dentro de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas internas, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles em suas atividades; comunicar prontamente ao gestor eventual ocorrência, perdas ou deficiências; e colaborar com informações sobre as atividades, riscos e oportunidades de melhoria. Essa responsabilidade é apoiada e acompanhada pelos gestores que administram os riscos, controles e resultados, os quais são orientados no desenvolvimento de melhores práticas pela área de riscos, dentre elas: • segregação de funções; • indicadores e monitoramento das operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • formalização de regras e procedimentos em documentação normativa; • identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais; • controles ágeis e eficazes ou planos de ação para melhoria e mitigação de riscos; • registro de perdas no Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e análise para aprimoramento e prevenção de ocorrências futuras; • atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e capacitação para riscos e controles internos específicos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, que traduz as operações diárias, são executados ciclos de avaliação dos riscos operacionais, com elaboração de matriz de riscos, avaliação de resultados e reportes aos órgãos de governança. **Risco cibernético:** O risco cibernético é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados ou informações corporativas, de clientes ou colaboradores em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos ou sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão, por falha ou atuação maliciosa de terceiros. **Gerenciamento do risco cibernético:** A Companhia possui Política Corporativa de Tecnologia de Segurança da Informação e Cibernética, que estabelece as diretrizes relacionadas à utilização de recursos tecnológicos e à gestão da segurança da informação. Os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade são preservados e garantidos durante todo o ciclo de vida da informação. A Companhia possui mecanismos de identificação e correção de vulnerabilidades, ameaças e riscos relacionados ao uso indevido, fraudes, perdas e erros, quando do tratamento ou uso das informações. Periodicamente são testados os mecanismos de proteção relacionados aos ativos de informação, de forma compatível com os critérios de confidencialidade, importância, risco e impacto nos negócios. Áreas e equipes especializadas são responsáveis pelo gerenciamento das ferramentas de segurança bem como pela adoção de melhores práticas e pelo monitoramento dos ambientes e tratamento de acessos às aplicações, observando os requerimentos da Circular SUSEP 638/2021. Também são executadas as ações e investimentos para o correto tratamento de dados pessoais em aderência à Lei Geral de Proteção à Dados. **Risco de estratégia:** O risco de estratégia é a possibilidade de desvio no resultado esperado, por conta de mudanças no ambiente de negócios, alterações macroeconômicas, movimentos externos ou posicionamentos internos, que afetem de forma significativa a estratégia definida e o desempenho da Companhia. **Gerenciamento do risco de estratégia:** A Companhia realiza ciclos de planejamento estratégico com revisão anual, ou sempre que identificadas mudanças e movimentações que possam impactar de forma relevante o ambiente em que a Companhia está inserida. Além disso, monitora periodicamente indicadores e metas para adoção de medidas corretivas, bem como para identificação e aproveitamento de oportunidades no ambiente de negócios. Além da clara definição de visão, missão e valores, os ciclos de construção do planejamento estratégico contam com a participação dos gestores, de forma estruturada e direcionada para que as decisões tenham conexão com as estratégias empresariais e alinhado aos objetivos dos acionistas. Durante esses ciclos são aplicadas análises SWOT, a identificação de riscos, a análise e o fechamento de metas e projetos. O andamento e resultados são acompanhados periodicamente ao longo do ano e reportados aos órgãos de governança da Companhia. A Companhia adota melhores práticas e metodologias reconhecidas para a gestão de estratégia assim como monitoramentos de mercado, de resultado e revisões periódicas de andamento e direcionamento das ações estratégicas. **Risco integridade e conformidade:** O risco de integridade e conformidade é associado ao nível de adequação da Companhia aos requisitos regulatórios internos e externos, incluindo perdas com multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle ou de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. **Gerenciamento do risco de integridade e conformidade:** São adotados mecanismos de monitoramento do atendimento às exigências regulatórias, regras ou políticas internas. A Companhia possui equipe especializada nos assuntos de conformidade, que geram análises e indicadores de aderência aos seus processos e operações, inclusive os originados nos investimentos em projetos sociais. Além disso, possui procedimento específico para homologar, contratar e avaliar fornecedores críticos. A Companhia tem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhando iniciativas de responsabilidade socioambiental às melhores práticas de mercado e na avaliação de tendências nacionais e internacionais de sustentabilidade. Possui certificação ISO 14001 e o relatório de sustentabilidade está divulgado ao público no site. São direcionados trabalhos para o entendimento e análise das questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e os impactos positivos e negativos para o negócio e sociedade. Integra as questões ASG ao cotidiano, com o objetivo de orientar as decisões de negócios, atividades e processos internos, promovendo a conscientização em todos os níveis da organização, o engajamento e a conscientização. **Risco gestão de terceiros:** Risco gestão de terceiros é o risco decorrente da contratação de terceiros ou prestadores de serviços irregulares ou que apresentem algum risco legal, dependência, qualidade dos serviços prestados ou de sustentabilidade para a Companhia. **Gerenciamento do risco gestão de terceiros:** A Companhia tem o compromisso de manter uma base de dados atualizada e íntegra com registros de contratos vigentes de terceiros, de modo que os terceiros atendam aos requisitos de treinamentos obrigatórios e aplicação do Código de Ética, bem como das leis vigentes para mitigar riscos trabalhistas, financeiros e de vazamento de dados. A Companhia adota mecanismos de avaliação de risco cibernético envolvendo terceiros, mitigando os riscos de violação e vazamento de dados de clientes causados por *cyber* ataques. Também, estabelece a necessidade de certificações ambientais, como CTF/APP e ISO 14.001, quando aplicável.

	2024	2023
Caixa e banco	665	577
Equivalentes de caixa	9.541	1.079
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.206	1.656

³ Item 6 a - Composição por prazo e por nível hierárquico - Ativos designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a VJR estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, tendo em vista comporem a carteira do fundo de investimento com liquidez imediata, visando suprir a necessidade de fluxo de caixa da Companhia no curto prazo previsto no ALM. A movimentação das aplicações financeiras encontra-se demonstrada no quadro "e".

Títulos	Vencimento					Ativos		2024	%	2023	%
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste a valor justo				
valor justo	(A)	(B)	(C)	(D = A + B + C)	(E)	(F)	(F - E)	(D)	(G)	(H)	
Ativos designados pelo valor justo											
_por meio do resultado	1.339.179	4.895.735	85.253	6.317.437	6.335.183	6.317.437	(17.746)	6.317.437	64%	8.472.547	86%
Fundos de investimento	1.339.179	4.895.735	85.253	6.317.437	6.335.183	6.317.437	(17.746)	6.317.437	100%	8.472.547	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	4.082.930	—	4.082.930	4.078.336	4.082.930	4.594	4.082.930	65%	1.718.488	20%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	20.967	—	20.967	20.967	20.967	—	20.967	0%	—	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	—	232.588	—	232.588	257.092	(24.504)	232.588	4%	715.459	9%
Operações compromissadas (*)	2	721.413	—	721.413	721.413	721.413	—	721.413	12%	4.811.603	57%
Cotas de fundos de investimentos	2	—	—	—	82.523	82.523	—	82.523	1%	96.412	1%
Debêntures	1	—	173.706	—	173.706	173.706	(2.514)	173.706	3%	102.204	1%
Letras financeiras (LF)	2	579.473	394.892	—	974.365	974.365	—	974.365	15%	1.001.980	12%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	17.447	10.749	—	28.196	28.096	100	28.196	0%	25.962	0%
Caixa / contas a pagar/contas a receber	1	(122)	—	—	(122)	(122)	—	(122)	0%	293	0%
Outros	1	1	870	—	871	871	—	871	0%	166	0%
Ativos designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.266.192	2.266.623	—	3.532.815	3.654.915	3.532.815	(122.100)	3.532.815	36%	1.385.087	14%
Carteira administrada	1.266.192	2.266.623	—	3.532.815	3.654.915	3.532.815	(122.100)	3.532.815	100%	1.385.087	100%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	390.838	543.537	—	934.375	953.399	(19.024)	934.375	26%	508.974	37%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	875.354	987.196	—	1.862.550	1.932.245	(69.695)	1.862.550	53%	876.113	63%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	—	735.890	—	735.890	769.271	(33.381)	735.890	21%	—	0%
Outras aplicações	—	—	—	—	—	1.428	—	1.428	100%	1.388	100%
Total	2.605.371	7.162.358	83.951	9.851.680	9.990.098	9.850.252	(139.846)	9.851.680	100%	9.859.022	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em dois níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB ASSET). As debêntures tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa (Depósito a prazo com garantia especial - DPGE e Letras financeiras - LF), sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB ASSET). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apereamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

	2024		2023	
	Major taxa	Menor taxa	Major taxa	Menor taxa
NTN-F	13,37%	4,99%	5,59%	4,99%
LTN	13,22%	10,16%	13,04%	10,69%
DPGE	112,65% do CDI	108,22% do CDI	113,13% do CDI	107,95% do CDI
NTN-B	IPCA + 6,10%	IPCA + 5,05%	IPCA + 6,10%	IPCA + 5,05%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Debênture	123,08% do CDI	105,72% do CDI	123,96% do CDI	80% do CDI
Letra financeira	112,46% do CDI	106,46% do CDI	112,94% do CDI	106,71% do CDI
Operações compromissadas	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI

	2024		2023	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
VJR	8.472.547	10.530.861	(13.480.420)	—
VJORA	1.385.087	2.366.336	(319.081)	(87.229)
Outras aplicações	1.388	40	—	—
Total	9.859.022	12.897.237	(13.799.501)	(87.229)

	2024		2023	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
VJR	6.888.176	11.741.299	(11.128.069)	—
VJORA	1.583.783	118.922	(504.257)	112.388
Custo amortizado (*)	157.257	—	(157.321)	—
Outras aplicações	1.255	133	—	—
Total	8.631.471	11.860.354	(11.789.647)	112.388

(*) O valor de resgate na categoria "Custo amortizado" refere-se a vencimento dos títulos.

f) ECL - Perdas de crédito esperadas: O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados na categoria VJORA. O valor de perda de crédito esperada - ECL R\$ 1.871.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico.

	2024		2023		
	Quantidade	Valor de referência	Valor a receber/pagar	Vencimento	
Derivativos					
Contratos de DI Futuro - DI FUT	25	Comprada (2.500)	—	Até 180 dias	
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(100)	Vendida (10.000)	31	Até 180 dias	
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(900)	Vendida 90.000	(77.885)	40	Até 180 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	200	Comprada (20.000)	—	Até 365 dias	
Contratos de DI Futuro - DI FUT	150	Comprada (15.000)	(14.544)	1	Acima de 365 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(91)	Vendida 9.112	(6.311)	28	Acima de 365 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(2.200)	Vendida 220.000	(141.523)	771	Acima de 365 dias
Total	(2.916)	291.612	(269.467)	871	

	2023		2024		
	Quantidade	Valor de referência	Valor a receber/pagar	Vencimento	
Derivativos					
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(2.259)	Vendida 225.967	(205.050)	71	Até 365 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(467)	Vendida 46.702	(42.398)	15	Até 365 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(75)	Vendida 7.500	(6.809)	2	Até 365 dias
Contratos de DI Futuro - DI FUT	(900)	Vendida 90.000	(74.857)	79	Acima de 365 dias
Total	(3.701)	370.069	(329.114)	167	

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2024		2023	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Prêmios a receber
Ramos agrupados				
Prestamista	3.471.974	(146.205)	3.325.769	3.110.823
Vida individual	530.041	(26.847)	503.194	499.946
Seguro de vida do produtor rural	337.488	(11.568)	325.920	302.650
Vida em grupo	388.874	(38.813)	350.061	347.548
Seguro agrícola	140.171	(1.763)	138.408	233.783
Demais ramos	162.803	(9.078)	153.725	140.010
Total	5.031.351	(234.274)	4.797.077	4.634.560

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3d iii.

	2024	
--	------	--

Demonstrações Financeiras 2024

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG

Uma empresa BB Seguros

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024		2023		Total	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR (*)		Provisão de excedentes técnicos - PET
Saldo inicial	11.963.421	1.969.540	1.534	537.606	70.835	14.543.331
Constituições	15.969.531	-	-	93.040	74.219	16.147.977
Diferimento pelo risco decorrido	(14.744.994)	-	-	-	-	(14.744.994)
Aviso de sinistros	-	5.993.060	-	-	-	5.993.060
Pagamento de sinistros	-	(3.381.082)	-	-	(92.723)	(3.473.805)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(2.558.319)	(10.913)	-	-	(2.569.232)
Atualização monetária e juros	-	75.069	-	-	7.828	82.897
Saldo final	13.187.958	2.098.268	(9.379)	630.646	60.159	15.979.234

	2024		2023		Total	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR (*)		Provisão de excedentes técnicos - PET
Saldo inicial	1.148.415	477.926	31.900	172.022	9.714	1.839.977
Constituições	1.646.096	-	-	-	26.886	1.672.782
Diferimento pelo risco decorrido	(2.000.174)	-	-	-	-	(2.000.174)
Aviso de sinistros	-	1.117.031	-	-	-	1.117.031
Pagamento de sinistros	-	(882.495)	-	-	(29.057)	(911.552)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(427.305)	-	-	-	(427.305)
Atualização monetária e juros	-	19.343	-	-	1.333	20.676
Reversões	-	-	(15.614)	(13.144)	-	(28.758)
Saldo final	794.337	304.500	16.286	158.878	8.676	1.282.677

	2024		2023		Total	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR (*)		Provisão de excedentes técnicos - PET
Saldo inicial	1.250.518	516.267	33.035	135.535	16.694	1.952.409
Constituições	2.319.091	-	36.487	-	16.165	2.371.743
Diferimento pelo risco decorrido	(2.421.194)	-	-	-	-	(2.421.194)
Aviso de sinistros	-	1.458.727	-	-	-	1.458.727
Pagamento de sinistros	-	(908.373)	-	-	(24.289)	(932.662)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(603.468)	-	-	-	(603.468)
Atualização monetária e juros	-	14.773	-	-	1.144	15.917
Reversões	-	-	(1.135)	-	-	(1.135)
Saldo final	1.148.415	477.926	31.900	172.022	9.714	1.839.977

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial de R\$ 934.670 e provisão de despesas relacionadas judiciais de R\$ 41.132 (R\$ 790.278 e R\$ 31.622 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente). (**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial de R\$ 194.227 e provisão de despesas relacionadas judiciais de resseguro de R\$ 6.069 (R\$ 147.038 e R\$ 4.847 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente).

b) Custos de aquisição diferidos

	2024	2023
Saldo no início do período	5.010.466	3.731.345
Constituições	5.480.935	4.948.867
Diferimento pelo risco decorrido	(4.142.997)	(3.669.746)
Saldo no final do período	6.348.404	5.010.466

c) Teste de Adequação dos Passivos (TAP): Conforme Circular SUSEP nº 678/2022, a partir de 2024, os contratos foram agrupados por similaridade de riscos e serão administrados como uma única carteira, de tal forma que a Companhia adotou que o resultado dos diferentes grupos de contratos não serão compensados entre si. Sendo eles Agrícola, Habitacional, Prestamista, Vida Anual, Vida Pluriannual e Vida sem Reenquadramento Atuarial (OVR, OVA e BESEC). Tal mudança provocou a constituição de PCC no montante de R\$ 130.668 (R\$ 74.755 líquido dos efeitos tributários) que teve seu lançamento inicial reconhecido contra Lucros Acumulados no Patrimônio, efetuado em junho de 2024, tal como preconiza a referida norma. Também conforme facultado na Circular SUSEP nº 678/2022 a Companhia adotou como política contábil, aprovada pela Diretoria Colegiada a alocação da variação da PCC em decorrência de alteração na Taxa de Juros (ETJU) no Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 1.565 (R\$ 939, líquida contra o resultado tributários). Sendo que a variação da PCC, no período, originária do risco de seguro, foi registrada contra o resultado do exercício no montante bruto de R\$ (8.175), na rubrica "Variação de outras provisões técnicas".

Grupos de contratos	Resultados - Fluxos a ocorrer	
	Registrados	Não registrados
Agrícola	615.032	-
Habitacional	9.014	802.404
Prestamista	1.605.819	43.060
Vida Anual	1.348.575	304.720
Vida Pluriannual (NPV)	-	923.109
Vida sem Reenquadramento Atuarial (OVR, OVA e BESEC)	-	(137.278)
PCC Contabilizada	-	137.278

22. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar a evolução dos saldos de sinistros avisados e respectivos pagamentos e provisões de sinistros a liquidar remanescentes na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações para regulação do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Bruto de resseguro	Ano de aviso do sinistro					
	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024
Saldo de provisão	18.428.011	2.691.475	4.398.893	4.719.144	3.378.523	3.831.990
Estimativa de sinistros	-	-	-	-	-	-
Incorridos em 31.12.2024	18.428.011	2.691.475	4.398.893	4.719.144	3.378.523	3.831.990
Pagamentos efetuados até 31.12.2024	17.995.239	2.590.801	4.253.158	4.548.366	3.190.880	2.900.315
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	432.772	100.674	145.735	170.778	187.643	931.675
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2024 (*)	-	-	-	-	-	669.771
Total de provisão (PSL, IBNEr, IBNEr e PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	2.639.047
Retrocessão e estimativa de salvados	-	-	-	-	-	(2.142)
Total de provisão (PSL, IBNEr, IBNEr e PDR)	-	-	-	-	-	2.636.905
Montante estimado para os sinistros (**)	29.520.479	2.872.784	4.406.015	5.008.374	3.750.945	3.831.990
Um ano após o aviso	18.356.259	2.670.258	4.346.178	4.691.002	3.378.523	3.378.523
Dois anos após o aviso	18.266.506	2.682.898	4.371.500	4.719.144	-	4.719.144
Três anos após o aviso	18.344.267	2.683.026	4.398.893	-	-	4.398.893
Quatro anos após o aviso	18.394.856	2.691.475	-	-	-	2.691.475
Cinco anos ou mais após o aviso	18.428.011	-	-	-	-	18.428.011

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro					
	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024
No ano do aviso	16.866.632	2.013.264	2.891.857	3.893.567	2.537.147	2.900.315
Um ano após o aviso	17.484.357	2.524.499	4.167.011	4.523.904	3.190.880	3.190.880
Dois anos após o aviso	17.647.564	2.563.590	4.233.209	4.548.366	-	4.548.366
Três anos após o aviso	17.786.742	2.580.907	4.253.158	-	-	4.253.158
Quatro anos após o aviso	17.916.827	2.590.801	-	-	-	2.590.801
Cinco anos ou mais após o aviso	17.995.239	-	-	-	-	17.995.239
Pagamentos efetuados até 31.12.2024	17.995.239	2.590.801	4.253.158	4.548.366	3.190.880	2.900.315
Líquido de resseguro	13.994.214	1.821.847	3.116.473	2.566.626	2.403.800	2.170.855
Saldo de provisão	13.994.214	1.821.847	3.116.473	2.566.626	2.403.800	2.170.855
Estimativa de sinistros	-	-	-	-	-	-
Incorridos em 31.12.2024	13.994.214	1.821.847	3.116.473	2.566.626	2.403.800	2.170.855
Pagamentos efetuados até 31.12.2024	13.994.214	1.821.847	3.116.473	2.566.626	2.403.800	2.170.855
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	376.314	77.692	119.624	118.188	146.553	826.406
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2024 (*)	-	-	-	-	-	485.931
Total de provisão (PSL, IBNEr, IBNEr e PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	2.150.707
Retrocessão e estimativa de salvados	-	-	-	-	-	(2.142)
Total de provisão (PSL, IBNEr, IBNEr e PDR)	-	-	-	-	-	2.148.565

Montante estimado para os sinistros (**)	Ano de aviso do sinistro					
	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024
No ano do aviso	24.364.513	2.051.054	3.363.184	2.870.210	2.778.656	2.997.261
Um ano após o aviso	14.378.241	1.887.806	3.188.259	2.666.556	2.550.353	2.550.353
Dois anos após o aviso	14.241.018	1.889.209	3.211.343	2.684.814	-	2.684.814
Três anos após o aviso	14.301.156	1.892.912	3.236.097	-	-	3.236.097
Quatro anos após o aviso	14.341.485	1.899.539	-	-	-	1.899.539
Cinco anos ou mais após o aviso	14.370.528	-	-	-	-	14.370.528
No ano do aviso	13.086.322	1.372.643	2.413.339	2.115.625	1.888.469	2.170.855
Um ano após o aviso	13.561.901	1.768.895	3.064.398	2.544.265	2.403.800	2.403.800
Dois anos após o aviso	13.694.838	1.797.430	3.097.896	2.566.626	-	2.566.626
Três anos após o aviso	13.816.632	1.812.059	3.116.473	-	-	3.116.473
Quatro anos após o aviso	13.926.854	1.821.847	-	-	-	1.821.847
Cinco anos ou mais após o aviso	13.994.214	-	-	-	-	13.994.214
Pagamentos efetuados até 31.12.2024	13.994.214	1.821.847	3.116.473	2.566.626	2.403.800	2.170.855

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNEr e IBNEr, o qual não é possível segregar por sinistros. (**) Inclui a informação de correção monetária.

23. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2024	2023
Provisões técnicas	17.076.607	15.979.234
Parcela correspondente a resseguros contratados	(936.436)	(1.327.596)
Direitos creditórios	(4.454.698)	(4.171.359)
Custos de aquisição diferidos reductores de PPNG	(3.491.630)	(2.674.931)
Depósitos judiciais reductores	(14.964)	(12.640)
Total a ser coberto	8.178.879	7.927.708
Quotas e fundos de investimentos	6.267.929	8.427.864
Títulos de renda fixa - públicos	3.532.815	1.385.807
Total de aplicações	9.800.744	9.812.951
Ativos livres	1.621.865	2.020.243

24. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2024			2023		
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Valor provisionado (*)
Provável	1.391	377.827	347.477	1.246	293.105	266.240
Possível	5.213	1.379.532	628.325	5.401	1.233.829	555.660
Remota	632	251.756	-	616	227.059	-
Total	7.236	2.009.115	975.802	7.263	1.753.993	821.900

(*) Os valores estão apresentados brutos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas. Adicionalmente, o corpo jurídico da Companhia avalia anualmente um grupo de ações, seja por amostragem ou por caso concreto, com o objetivo de identificar processos marcados por particularidades fáticas cuja modelagem da norma interna não foi capaz de detectá-las integralmente.

	2024		2023		Total	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR (*)		Provisão de excedentes técnicos - PET
Saldo inicial	1.148.415	477.926	31.900	172.022	9.714	1.839.977
Constituições	1.646.096	-	-	-	26.886	1.672.782
Diferimento pelo risco decorrido	(2.000.174)	-	-	-	-	(2.000.174)
Aviso de sinistros	-	1.117.031	-	-	-	1.117.031
Pagamento de sinistros	-	(882.495)	-	-	(29.057)	(911.552)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(427.305)	-	-	-	(427.305)
Atualização monetária e juros	-	19.343	-	-	1.333	20.676
Reversões	-	-	(15.614)	(13.144)	-	(28.758)
Saldo final	794.337	304.500	16.286	158.878	8.676	1.282.677

	2024		2023		Total
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR (*)	
Saldo inicial	1.250.518	516.267			

Demonstrações Financeiras 2024

Brasilseg Companhia de Seguros
CNPJ 28.196.889/0001-43

BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social				
Lucro antes dos impostos e após participações	5.602.504	5.602.504	5.313.227	5.313.227
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(1.400.602)	(840.376)	(1.328.283)	(796.984)
Diferenças temporárias	(7.626)	(4.575)	(17.323)	(10.394)
Diferenças permanentes (*)	24.909	12.227	(6.740)	(6.646)
Resultados do ramo rural	997.972	-	799.702	-
Deduções incentivadas	21.619	-	31.455	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(363.728)	(832.724)	(521.189)	(814.024)
Constituição/reversão de crédito tributário	7.626	4.575	17.324	10.394
Outros ajustes (*)	(31.148)	(18.689)	17.278	10.659
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(387.250)	(846.838)	(486.587)	(792.971)
Alíquota efetiva (%)	7%	15%	9%	15%

(*) Adoção da Provisão Complementar de Cobertura, estabelecida pela Circular SUSEP nº 678/2022, efeito na adição permanente e outros ajustes.

	2023		2024	
	Constituições	Reversões	Constituições	Reversões
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar				
Tributos a compensar	18.582	24.227	-	42.809
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	56.889	14.037	(17.641)	53.285
Tributos retidos na fonte	263	343	(15)	591
Total circulante	75.734	38.607	(17.656)	96.685
Total de diferenças temporais	182.272	83.579	(73.379)	192.472
Atualização monetária de depósitos e contingências tributárias	108.766	10.368	(11.118)	108.016
Contingências civis	10.341	11.511	(11.788)	10.064
Provisão para riscos de crédito	33.335	30.158	(18.907)	44.586
Provisão para participação nos lucros	16.034	18.523	(16.035)	18.522
Contingências trabalhistas	5.895	13.019	(12.851)	6.063
Outras provisões	7.901	-	(2.680)	5.221
Ajuste de títulos a valor de mercado	13.948	35.566	(2.049)	47.465
Arendamentos CPC 06 (R2)	25.792	2.172	(171)	27.793
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	37.866	6.846	(1.089)	43.623
Total não circulante	259.878	128.163	(76.688)	311.353

c) Estimativa de realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporais: A estimativa de realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporais existentes em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano	Valor	%
2025	85.067	44,20%
2026	26.952	14,00%
2027	27.082	14,07%
2028	28.386	14,75%
2029	24.985	12,98%
Total	192.472	100,00%

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o Grupo Brasilseg, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo Brasilseg, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. Nos casos em que a cobrança de prêmios de seguro é realizada pelo Banco do Brasil, o repasse dos recursos à Companhia ocorre somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto, e nas operações compromissadas das carteiras de aplicações. A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração dos Administradores, contabilizada na rubrica "Despesas administrativas", que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego, de rescisão de trabalho, e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2024				2023			
	Controlada (1)	Coligadas (2)	Adminis-tradores (3)	Outras partes relacionadas (4)	Controlada (1)	Coligadas (2)	Adminis-tradores (3)	Outras partes relacionadas (4)
a) Sumário das transações com partes relacionadas								
Ativo circulante	2.559	3.592.138	4	133	3.594.834	23.063	7.393.970	49
Bancos	-	644	-	-	644	-	63	-
Aplicações	-	721.414	-	-	721.414	-	4.811.603	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	118.782	4	133	118.919	-	57.479	49
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	188.169	-	-	188.169	-	567.790	-
Títulos e créditos a receber - compartilhamento	-	3.081	-	-	3.081	-	3.995	-
Títulos e créditos a receber - outros	2.559	-	-	-	2.559	23.063	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	2.560.048	-	-	2.560.048	-	1.953.040	-
Ativo não circulante	3.256.830	3.256.830	2	235	3.256.830	2.601.420	2.601.420	49
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	58.119	-	-	58.119	-	47.122	-
Custos de aquisição diferidos	-	3.198.711	-	-	3.198.711	-	2.554.298	-
Total do ativo	2.559	6.848.968	4	133	6.851.664	23.063	9.995.390	54
Passivo circulante	2.343.507	2.343.507	2	235	2.343.744	1.436.879	1.436.879	54
Obrigações a pagar - outras	-	1.695	-	-	1.695	-	41	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	944.341	-	-	944.341	-	847.634	-
Prêmios a restituir	-	-	-	-	-	-	22	-
Operações com resseguradoras	-	68.251	-	-	68.251	-	205.586	-
Depósitos de terceiros	-	175	-	-	175	-	1.904	-
Provisões técnicas - seguros	-	1.328.845	2	235	1.329.082	-	381.474	54
Outras obrigações a pagar - compartilhamento	-	200	-	-	200	-	218	-
Passivo não circulante	1.427.242	1.427.242	-	-	1.427.242	-	1.042.374	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	1.421.109	-	-	1.421.109	-	1.036.217	-
Provisões técnicas - seguros	-	6.133	-	-	6.133	-	6.157	-
Total do passivo	-	3.770.749	2	235	3.770.986	-	2.479.253	54

	2024				2023			
	Coligadas (2)	Administradores (3)	Outras partes relacionadas (4)	Total	Coligadas (2)	Administradores (3)	Outras partes relacionadas (4)	Total
Resultado								
Prêmios diretos	438.566	13	217	438.796	384.788	4	115	384.907
Prêmio cosseguro aceito	91.406	-	-	91.406	92.185	-	-	92.185
Prêmio cosseguro cedido	(54.196)	-	-	(54.196)	-	-	-	-
Prêmios de resseguro cedido	(550.969)	-	-	(550.969)	(849.681)	-	-	(849.681)
Sinistros ocorridos	(147.656)	-	-	(147.656)	(140.682)	-	-	(140.682)
Recuperação de sinistros ocorridos	198.122	-	-	198.122	315.231	-	-	315.231
Custo de aquisição	(4.038.146)	-	-	(4.038.146)	(3.570.334)	-	-	(3.570.334)
Outras receitas e despesas operacionais - outras	(119.120)	-	-	(119.120)	(64.019)	-	-	(64.019)
Despesas administrativas - compartilhamento	17.972	-	-	17.972	20.556	-	-	20.556
Despesas administrativas - pessoal	(1.553)	(8.131)	(13)	(9.697)	(1.233)	(7.737)	-	(8.970)
Despesas administrativas - outras	(10.146)	(2)	-	(10.148)	(3.512)	(1)	-	(3.513)
Despesas financeiras - taxa de administração	(17.446)	-	-	(17.446)	(18.731)	-	-	(18.731)
Resultado financeiro	5.205	-	-	5.205	4.959	-	-	4.959
Total do resultado	(4.187.961)	(8.120)	204	(4.195.877)	(3.830.473)	(7.734)	115	(3.838.092)

(1) Refere-se a Broto S.A. (vide nota 13); (2) Referem-se, principalmente, a controladora BB MAPFRE Participações S.A. e demais empresas ligadas ao Banco do Brasil e MAPFRE, sendo: Aliança do Brasil Seguros S.A., BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB ASSET, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Banco Votorantim S.A., Lívolo S.A., BB Seguridade Participações S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE TECH, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Assistência Ltda.; (3) Diretoria Executiva; e (4) Referem-se a membros próximos da família ligada aos Administradores.

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições do semestre totalizaram R\$ 850 (R\$ 748 em 31 de dezembro de 2023).

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na controladora BB MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Companhia.

b) Honorários de auditores independentes: Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da MAPFRE S.A. (ES). **c) Catástrofe climática do Rio Grande do Sul:** O atendimento à catástrofe no estado do Rio Grande do Sul registrou mais de 1.400

aviso de sinistros. No quadro abaixo, é apresentado o impacto da sinistralidade ocasionada pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul, considerando o volume total de prêmio ganho da nota explicativa 29a para o cálculo do índice de sinistralidade:

	Sinistro bruto	Sinistro retido	Sinistralidade (%)
Produto			
Agrícolas	(47.023)	(9.405)	0,06%
Penhor rural	(49.932)	(2.798)	0,02%
Habitacional	(11.459)	(266)	0,00%
Vida	(58)	-	0,00%
Total	(108.472)	(12.469)	0,08%

A quantidade de sinistros classificados pela causa do dano é demonstrada abaixo:

Causa do Dano	Quantidade
Água 1	1.306
Vento 2	97
Outros 3	24
Total	1.427

1 - São exemplos de danos causados por água: chuva excessiva, alagamento, enchente, inundação, tromba d'água, danos físicos ao imóvel, entre outros eventos. 2 - São exemplos de danos causados por vento: vendaval, tornado, ciclone, danos elétricos, descargas elétricas, entre outros eventos. 3 - São exemplos de Outros Danos: queda acidental, interrupção de negócios, colisão, quebra de máquinas, Roubo e Furtos, Despesas Emergenciais, entre outros eventos.

Os sinistros da catástrofe climática contam com cobertura de resseguro na modalidade excesso de danos por evento para os ramos de Penhor Rural e Habitacional. Os seguros agrícolas possuem cobertura de resseguro na modalidade cota parte.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Brasilseg Companhia de Seguros** São Paulo - SP
CNPJ: 28.196.889/0001-43.
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Brasilseg Companhia de Seguros ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Brasilseg Companhia de Seguros em 31 de dezembro

de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Brasilseg Companhia de Seguros** São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilseg Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões Técnicas de Seguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos	
Veja as Notas nºs 3(n), 3(o), 21, 22 e 24 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar certas provisões técnicas, tais como provisões de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de seguros citadas, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	

Na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como